

O MERCOSUL E A REESTRUTURAÇÃO DA AGRICULTURA: AS “FILIÈRES” DE CEREAIS E A EXCLUSÃO SOCIAL

*Celso Antonio Favero*¹

RESUMO

Com este trabalho, levantam-se algumas hipóteses, através das quais se visa abordar algumas das dinâmicas de reestruturação econômica e social que estão sendo operadas pela formação do MERCOSUL nos sistemas agroalimentares dos países da região. Supondo-se que o atual processo de construção de novos espaços de coerência macroeconômicos (as regiões) é acompanhado por um outro processo, o da formação de novos mesossistemas (as “filières” de produção), no nível social, vemos emergir um novo compromisso, flexível, constituído na relação de parceria. A idéia de integração social, que predominou principalmente no período do pós-guerra, vem sendo substituída por duas novas noções, que dão conta daquela flexibilização exigida, as noções de inserção e de exclusão social.

MERCOSUL AND THE RESTRUCTURING OF AGRICULTURE: CEREAL PRODUCTIVE CHAINS AND SOCIAL EXCLUSION

ABSTRACT

With this study, we wish to raise some hypotheses, by means of which it is intended to bring up some of the dynamics of economic and social restructuring which are taking place due to the formation of Mercosul, in the agricultural food systems of the countries of the region. Presuming that the present process of construction of new spaces of macroeconomic coherence (the regions) and accompanied by another process, that of the formation of new mesosystems (the productive chains), on the social level, we are seeing emerge a new compromise, flexible, constituted on the partnership relation. The idea of social integration, which predominated principally in the post-war period, is being substituted by two new ideas, which are up to that flexibility required, the ideas of insertion and social exclusion.

¹ Professor de Sociologia, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), bolsista do CNPq, estudante Ph.D. em Sociologia na Université du Québec à Montréal (Canadá).

QUESTÕES TEÓRICAS EM TORNO DO CONCEITO DE “FILIÈRES” DE PRODUÇÃO

Este trabalho faz parte do processo de elaboração de uma tese de doutorado, cujo tema é o regionalismo econômico (NAFTA e MERCOSUL) e a exclusão social no contexto dos complexos agroalimentares. Neste sentido, o seu objetivo específico é o de propor algumas hipóteses, através das quais se visa abordar as reestruturações sociais que estão sendo operadas pela formação do MERCOSUL, particularmente em algumas das “filières” de cereais (trigo, milho e arroz). Com o advento da regionalização e da filierização da economia, toda a estrutura social se transforma, fazendo emergir um novo compromisso social, flexível, fundado sobre as relações de parceria. Desse modo, o conflito social principal, que antes se travava no interior da sociedade, se desloca para as suas portas. Às portas desta sociedade dual, os novos atores lutam pela inserção e contra a exclusão social.

O CONCEITO DE FILIÈRE

As transformações que se processaram nas estruturas da produção agroalimentar após os anos 40 suscitaram um novo debate, sobretudo nos domínios da economia e da sociologia. Na economia e na sociologia clássicas, as análises eram construídas a partir da idéia da separação do conjunto da economia em três setores distintos: o primário, o secundário e o terciário. A agricultura era vista como um setor econômico muito particular e quase impermeável. Uma concepção estática estava ali presente. Após os anos 40, o estreitamento das relações entre os três setores acima referidos abriu um novo debate, dominado em princípio pelas idéias industrialistas e produtivistas.

Neste trabalho, não se pretende retomar todo aquele longo e complexo debate, mesmo porque isto já foi realizado por outros estudiosos (Mounier, 1992; Silva, 1994), o que não impede de tecer algumas considerações sobre o mesmo.

Em primeiro lugar, aquele debate, partindo de concepções monossistêmicas, desaguou, após os anos 60, em uma multiplicidade de concepções, algumas das quais procuravam conservar a perspectiva monossistêmica, enquanto outras acentuavam o caráter plurissistêmico da nova realidade. Nesse novo emaranhado de concepções, certas noções, como as de sistemas de mercadorias (“commodities systems”, em inglês), de “filières” e de “cadeias de produção”, identificavam algumas das concepções plurissistêmicas. Com

estas noções, os mais diversos estudiosos quiseram sublinhar a idéia da integração da produção agrícola em sistemas formados em torno de produtos específicos, como também as peculiaridades de cada um desses sistemas.

De acordo com Valceschini (1995), Gherzi & Bencharif (1992) e vários outros autores, os primeiros estudos de filières de produção foram realizados nos Estados Unidos, no final dos anos 50, tendo como preocupação inicial a filière avícola. Alguns anos mais tarde, mantendo esta mesma perspectiva analítica, foram estudadas várias outras filières, como as de frutas e legumes, de cereais e de leite. Após os anos 60, com a multiplicação de estudos empíricos realizados nos Estados Unidos e na Europa, as teses industrialistas até então dominantes foram colocadas em questão, sendo consideradas muito lineares, evolucionistas e universalistas. No lugar destas teses, emergiu um conjunto de novas concepções que acentuavam as idéias de pluralidade de agentes e de complexidade de dispositivos de coordenação (Allaire & Boyer, 1995).

Atualmente, a filière é definida como “o conjunto de atividades estreitamente imbricadas, ligadas verticalmente pela pertença a um mesmo produto (ou a alguns produtos muito próximos), cuja finalidade é a de satisfazer aos consumidores” (Montigaud, 1992: p.62). Cada filière é organizada em quatro subespaços ou setores: da produção agrícola, da transformação alimentar, da distribuição e do consumo. Cada um destes subespaços tem a sua lógica própria e uma dinâmica específica, exigindo deste modo uma análise particular. Vale ressaltar que são as interações entre estes quatro subespaços ou, mais precisamente, as interações entre os agentes destes espaços, que caracterizam essencialmente as filières (Allaire & Boyer, 1995). Cada filière constitui assim um mesossistema econômico e social particular.

Partindo das premissas propostas por Malassis (1973), Danel et al. (1979) e Montigaud (1992), Valceschini (1995) postula que a noção de filière de produção agroalimentar: a) reintroduz “o díptico conflito-cooperação”; b) afirma que a imbricação vertical do conjunto das atividades de produção, de transformação e de distribuição constitui um sistema; e c) sublinha a idéia de que no interior das filières “certas funções mais poderosas que as outras constituem os centros de comando” (Valceschini, 1995: p.254).

De acordo com esta concepção, a noção de filière apóia-se numa ambigüidade que suporta, ao mesmo tempo, a concentração do poder e a descentralização das tarefas produtivas e dos serviços. Cada filière comporta uma pluralidade de atores, de estratégias e de dinâmicas, engendrando assim uma diversidade de dispositivos e de formas de regulação, sendo as mesmas

(pluralidade e diversidade) coordenadas pelas grandes firmas. Enfim, tendo em vista que os diferentes atores organizam-se de forma hierárquica, as relações entre eles traduzem-se em relações de dominação/subordinação.

Estas últimas idéias de dominação/subordinação dão lugar à desigualdade quanto à participação na divisão do produto social no interior das filières. Deste modo, a subordinação é acompanhada por uma participação em menor grau ou mesmo pela pobreza. No entanto, a cooperação existente no interior de cada filière pode até mesmo engendrar mecanismos extra-econômicos de controle destes problemas, como, por exemplo, a formulação de convenientes políticas sociais.

A constituição das filières tem como objetivo principal aumentar a capacidade de competição de determinados atores em um mercado cada vez mais exigente e globalizado. Desse modo, a idéia de produção estandardizada, visando ao consumo de massa, é substituída pela idéia de qualidade, objetivando-se um consumo diferenciado (Green & Santos, 1993). A idéia de qualidade, central para a definição da capacidade competitiva de um produto, compreende uma série de características, a exemplo da regularidade da sua composição, das formas e dos prazos de sua entrega. Esses elementos impõem um disciplinamento rigoroso das relações entre as indústrias e os agricultores (Green & Rodrigues-Zuñiga, 1993; Allaire & Boyer, 1995), excluindo desse modo os agentes de produção incapazes de atender a estas demandas. Na esfera específica do produto, a sua qualidade é determinada, de modo geral, em termos de higiene, de pureza e de integridade (Bender & Hill, 1991: p.157).

A partir desta concepção da filière, a organização aparece no centro da competitividade (Allaire & Boyer, 1995: p.16). A capacidade de competição de uma determinada filière depende fundamentalmente da sua organização. Visto que as idéias de qualidade e de consumo individual encontram-se no centro das relações de competição, a organização deve ser cada vez mais ágil e flexível. Por um lado, ela deve ser ágil na resposta às novas demandas propostas pelos consumidores. Por outro lado, “em face de uma demanda errática e de difícil controle” (Green & Santos, 1993: p.21), a organização deve ser também flexível. Ela deve ter a capacidade de “desenvolver produtos diferenciados a partir de equipamentos e de prazos de adaptação muito reduzidos” (Rasia, 1993: p.96).

Nesta economia da regionalização e da “filiérisação”, as relações sociais se traduzem como relações de parceria (de “partenariat”, em francês). Esta economia faz emergir toda uma nova idéia de compromisso social, que não é

mais universal, mas plural e fundada nos indivíduos. Cada sistema econômico inclui assim um compromisso social novo e particular, cuja base é constituída por indivíduos (pessoas, firmas, filières...) e cujas relações são as relações de parceria. Nestes novos sistemas, os atores estabelecem relações entre eles guiadas por regras específicas e contratuais (Green & Santos, 1993) e visando a um interesse comum: o aumento de sua capacidade competitiva. Cada ator (parceiro) sente-se responsável pela performance da filière como um todo, dando-se lugar a uma construção coletiva.

Finalmente, se, por um lado, as noções de conflito, de hierarquia e de coordenação introduzem no interior de cada filière as idéias de dominação/subordinação e de participação em graus diferenciados no produto social do trabalho, por outro lado, as noções de qualidade e de consumo individualizado, como também as de organização, de relações de parceria e de flexibilidade, introduzem a idéia de exclusão social. Simplificando, pode-se dizer que, em uma economia fundada sobre a competitividade, o não-competitivo é excluído. A regionalização e a “filierização” constituem deste modo a face dos integrados ao sistema, ou seja, a face dos que correspondem à performance exigida, sendo excluída toda a massa de produtores e de consumidores considerados não competitivos.

Isso tudo não significa, por outro lado, a negação da existência de fenômenos de exclusão social no regime anterior de produção. Aquele regime, tendo sido fundado sobre a idéia moderna de integração universal e desigual, não fazia senão esconder as realidades da ruptura e da exclusão social por ele produzidas. Na América Latina, a crise dos anos 80 serve para revelar a amplitude e a profundidade desta exclusão social produzida durante séculos. Nesta região, em nome de um futuro ou de uma modernidade idealizada, em nome da modernidade da integração universal, escondia-se a realidade histórica da ruptura e da exclusão social. Hoje, com o avanço da globalização, não só se revela o passado. A globalização, fundando uma nova cultura, faz emergir um novo tecido social, no qual a inserção e a exclusão tornam-se os elementos-chave. Enfim, nestes últimos anos, estamos saindo de uma sociedade sem exterior, para entrarmos em uma sociedade dual, que separa os necessários dos sobrantes.

AS FILIÈRES AGROALIMENTARES NOS PAÍSES
QUE COMPÕEM O MERCOSUL

Uma revisão da história latino-americana nos revela que, entre 1850 e 1930, as oligarquias rurais dos países desta região exerciam o controle sobre a maior parte das terras, dos aparelhos de Estado e das sociedades nacionais. Através deste controle, estas oligarquias, juntamente com a burguesia “compradora” e a burguesia internacional (Guillen Romo, 1994), asseguravam a sua hegemonia econômica, social, política e cultural no seio das suas respectivas nações (Chonchol, 1994) e se inseriam na economia mundial. Foram assim formados os grandes complexos agroexportadores ou os “commodity chains” (Hopkins & Wallerstein, 1994), como o complexo cereais/gado dos pampas argentinos, os complexos café e açúcar no Brasil, e o complexo carne no Uruguai. Em termos sociais e culturais, as relações patrimonialistas cruzavam-se com as relações de clientelismo, excluindo a maioria das populações rurais.

Neste século, entre 1930 e 1960, a América Latina foi dominada pelo modelo de industrialização por substituição de importações. Neste contexto, quando o papel primeiro da agricultura era o de financiar o desenvolvimento de industrialização, as relações sociais e as estruturas fundiárias foram conservadas. Também não se investiu na modernização dos sistemas e das técnicas de produção. Com o desenvolvimento daquele regime econômico, foram introduzidas mudanças políticas que afetaram cada vez mais o conjunto dos sistemas. Com a industrialização e com a urbanização, emergiram novos atores e novas questões sociais, como a questão agrária.

A partir dos anos 60, com a ascensão dos regimes políticos militares e ditatoriais, vários países da região conhecem um rápido processo de modernização de suas agriculturas. Seguindo de perto o modelo americano da chamada “revolução verde”, e contando com a intervenção massiva de Estados e de grandes empresas industriais e comerciais, são formados os grandes “complexos agroindustriais” (Silva, 1994) e “verdadeiros conglomerados multiprodutos e multi-regiões” (Gutman 1994: p.170; Barsky, 1994), deixando à margem vastas regiões e vastos setores sociais. Este processo afeta o conjunto dos sistemas agroalimentares nacionais, mas de modo essencialmente heterogêneo.

Durante os anos 80, com a globalização da economia, operam-se profundas mudanças nos processos de modernização agrícola dos países da região. Na modernização agrícola desta nova fase, a intervenção do Estado torna-se nitidamente pontual, favorecendo a integração dos setores mais competitivos à

dinâmica da globalização (Barkin et al., 1994). Esta modernização “conservadora e seletiva” (Martine, 1989) reproduz a heterogeneidade (entre produtos) e a desigualdade (entre regiões) nos complexos agroalimentares. Os sistemas nacionais adaptam-se assim ao novo regime econômico, construído sobre a idéia de exploração de vantagens competitivas, reforçando deste modo o processo de “filierização” da economia.

Durante toda a história da modernização da agricultura dos países que compõem o MERCOSUL, exceto após os anos 90, os Estados desempenham papéis essenciais. Durante os anos 70, a oferta de crédito subsidiado (na Argentina e no Brasil) e os incentivos fiscais (Brasil), as políticas de preço mínimo, assim como o incentivo à integração vertical (a agroindustrialização), foram decisivos (Green, 1988; Sturzenegger, 1991). Os créditos subsidiados atingiram proporções consideráveis, contribuindo para o aumento dos preços dos produtos de importação e para a baixa dos preços dos produtos de exportação. Na Argentina, o trigo e o milho estiveram entre os produtos mais beneficiados, além, é claro, da soja. No Brasil, o trigo contou com uma política particular.

Esta modernização da agricultura nos quatro países do MERCOSUL foi seletiva, favorecendo, por um lado, a formação de grandes complexos agroindustriais e a produção para o mercado globalizado e, por outro, a emergência de sub-regiões, de produtos e de setores sociais marginalizados. Algumas sub-regiões, alguns produtos e alguns subsetores especializaram-se, integraram-se às filières, regionalizaram-se e globalizaram-se, enquanto outros permaneceram à margem destas novas estruturas.

Estas transformações introduzem mudanças nos níveis da estrutura fundiária, produtiva e de trabalho (Basualdo & Khavisse, 1994; Gros, 1992; Pucci, 1994; Marques, 1994). Com a concentração fundiária e produtiva, emergem novas relações e novas formas de trabalho. Particularmente no Brasil, mas também no Paraguai, a existência de uma vasta massa de agricultores sem terra, a violência contra os mesmos, a escravidão, são algumas das faces da iniquidade desta nova estrutura.

AS FILIÈRES DE CEREAIS NOS PAÍSES DO MERCOSUL

Apesar das desigualdades (sub-regionais) e das heterogeneidades (entre produtos) nos complexos agroalimentares dos países do MERCOSUL, algumas das suas filières estão entre as mais competitivas no âmbito mundial.

Encontram-se neste caso, por exemplo, as filières da soja (Argentina e Brasil), de trigo, de milho e de carnes (Argentina), de aves, de açúcar e de café (Brasil).

No domínio dos cereais, particularmente do trigo e do milho, a produção argentina é considerada uma das mais competitivas do mundo. Segundo um estudo realizado por Koo (1991), os custos médios por tonelada exportada de trigo de inverno e de milho argentinos são de, respectivamente, 88,99 e de 84,71 dólares americanos. Para estes mesmos produtos dos Estados Unidos, os preços médios são de, respectivamente, 88,90 e de 83,95 dólares.

Após 1980, a produção de cereais nos países do MERCOSUL conhece várias mudanças muito importantes. De acordo com os dados apresentados pela FAO (1995) a primeira destas mudanças ocorre no rendimento (produtividade por área). Se compararmos, por exemplo, o período 1979/1981 com o ano 1994, percebe-se um crescimento neste aspecto da ordem de 57% no Uruguai, de 52% no Brasil, de 40% no Paraguai e de 25% na Argentina. No entanto, a performance geral argentina na produção de cereais ainda não foi igualada por nenhum dos outros três países. Em 1994, o rendimento foi, na Argentina, de 2.738, no Brasil, de 2.288, no Paraguai, de 2.167 e, no Uruguai, de 2.586 kg/ha.

No que se refere à superfície colhida de cereais neste intervalo de tempo, a da Argentina diminuiu sensivelmente, caindo de 11.099.000 hectares em 1979/1981 para 8.601.000 hectares em 1994. Deste modo, para a Argentina, a manutenção do nível de produção (em torno das 24 milhões de toneladas por ano) deu-se graças ao acréscimo na produtividade. No Brasil e no Paraguai, a dimensão da área colhida manteve-se quase inalterada durante este período, aumentando assim, nos dois casos, o volume de produção. Finalmente, no caso do Uruguai, a área colhida manifestou uma queda constante, o que não chegou a afetar negativamente o volume produzido. Convém ainda salientar que, com referência ao volume total produzido, o do Brasil é superior em mais de 77% ao do conjunto dos três outros países. Contudo, apesar deste maior volume, em virtude do seu grande mercado, o Brasil é ainda o grande importador de cereais da região.

No interior do MERCOSUL, a maior parte da produção de cereais é realizada em uma região que inclui os pampas argentinos, os três estados do Sul do Brasil e uma parte do Uruguai. O Pampa argentino, contando com terras férteis e planas (de fácil manejo) e com uma relativamente boa infraestrutura de transportes e de armazenagem, é mundialmente reconhecido desde o final do século passado pela sua capacidade competitiva na produção de trigo e de milho. A produção desta região é, em sua quase totalidade, destinada ao mercado globalizado (interno e externo) e ao consumo animal. A produção desta região é realizada em sua maior parte por empresas agrícolas integradas nas respectivas filières.

Quanto à produção de cereais obtida, por exemplo, no Sul do Brasil, ela é em grande parte autoconsumida ou consumida nos múltiplos mercados locais. Nesta região, no que concerne à produção de cereais, é significativa a presença de unidades familiares. Em 1985, os agricultores do Sul do Brasil que possuíam até 50 hectares de terra produziram, por exemplo, 53% de todo o milho (Ferreira, 1993) e 30% do trigo (Chonchol, 1994). Dentre os cereais, o arroz é o que conta com uma participação maior de grandes empresas.

No mundo dos cereais, a Argentina aparece como um grande produtor e exportador, sendo o Brasil um grande produtor (volume) e importador. A presença do Paraguai e do Uruguai neste contexto é marginal. Mesmo assim, a importância da região enquanto produtora e consumidora de cereais atrai para ela grandes grupos econômicos, como a Cargill. Essa importância também transforma a região no berço de grandes empresas especializadas em cereais, por exemplo, a Bunge y Born (Argentina), a Agrocere e a Ceval (Brasil). Estas firmas mundiais e regionais, apoiadas em diferentes estratégias, controlam os principais circuitos nas diferentes filières de cereais, coordenando o crescimento das mesmas (Green et al., 1991).

Finalmente, quanto mais um produto é industrializado, mais aumenta a tendência de integração entre os diversos subsetores ou a “contratualização” (Ferreira, 1993). Nestas condições, primeiro, a presença das indústrias impõe uma sincronia e uma coordenação cada vez mais estreita entre os diversos atores de cada filière; segundo, torna-se cada vez mais difícil a integração de parceiros pouco competitivos, por exemplo, a integração dos agricultores brasileiros de tipo familiar.

O MERCOSUL: QUAL REGIONALISMO?

O MERCOSUL resulta da avaliação da crise econômica dos anos 80, passando por uma outra avaliação, a da história do regionalismo econômico da América Latina. O acordo que cria o MERCOSUL resulta ainda da decisão dos países da região de buscar a sua reinserção na nova ordem econômica mundial.

Na maior parte das avaliações oficiais da crise dos anos 80 feitas na América Latina resultaria fundamentalmente da crescente inadequação entre as economias dos países da região e o novo ambiente econômico mundial, ou seja, da oposição entre as estruturas e as estratégias econômicas nacionais e a chamada nova ordem econômica mundial.

Conforme Hirano (1994), durante os anos 70, o capitalismo latino-americano se caracterizaria pela industrialização realizada através da expansão das grandes firmas americanas, pela estruturação do Estado nacional como centro de decisão e, enfim, pela estruturação do mercado internacional sobre a exportação de produtos industrializados. A indústria, o nacional e o Estado constituir-se-iam nos elementos-chave desta versão tardia do keynesianismo para a periferia.

Com o desenvolvimento deste modelo de economia, os resultados os mais perversos se abateram sobre o conjunto dos países da região. Primeiramente, a região começou a ser tomada por um sentimento generalizado de incapacidade, de perplexidade e de vazio de projetos. Falava-se, por exemplo, de ingovernabilidade (Martins, 1993). Mesmo a Comissão Econômica para a América Latina– CEPAL, da ONU, foi tomada por esta avalanche. Em 1983, esta instituição começou a elaborar uma nova proposta de modelo de desenvolvimento para os países da região. O resultado deste trabalho apareceu no início dos anos 90, sendo apresentado como uma “alternativa” aos modelos neoliberais (CEPAL, 1994; Hurtienne & Messner, 1994).

Estes processos econômicos e políticos foram acompanhados de um aprofundamento da desigualdade social (Salama, 1995) e pelo desenvolvimento de uma nova forma de dualidade social, a mais perversa que se conhece até hoje. As exclusões herdadas do capitalismo da “Pax Européia” aliam-se assim às conseqüências nefastas do capitalismo da “Pax Americana” (Hirano, 1994). Estaria preparado o terreno para a difusão da “Pax Pacífico”.

O MERCOSUL é formado nesta conjuntura. De acordo com o Tratado de Assunção que funda o MERCOSUL, e de acordo com uma série de análises “oficiais” deste acordo (Lafer, 1994; Almeida, 1993), o MERCOSUL configura-se como o centro de uma nova estratégia econômica, tendo em vista

a inserção competitiva das economias da região na nova ordem econômica mundial. A presença da nova concepção desenvolvida pela CEPAL, a da “transformação produtiva com equidade” (Rosenthal, 1991), é evidente. Segundo o autor, as economias da América Latina e do Caribe devem preparar-se para atuar na economia internacional tal como esta é, e não como gostariam que ela fosse (Rosenthal, 1994: p.10).

O MERCOSUL não se explica unicamente a partir da avaliação da crise dos anos 80. A história do regionalismo econômico da América Latina fornece um outro elemento explicativo do novo modelo. Sendo concebido como uma estratégia visando a superar a crise, o novo regionalismo deveria preconizar um modelo diferente senão contrário àquela do regionalismo anterior. Ou seja, o regionalismo fechado do modelo de industrialização por substituição de importações deveria ser substituído por um regionalismo aberto, o regionalismo da globalização.

A história do regionalismo latino-americano passa por dois momentos distintos: o do regionalismo voluntarista e o revisionista, para tornar-se nos anos 90 o regionalismo pragmatista (Rosenthal, 1991) ou aberto. Enquanto o primeiro período foi adequado à estratégia do desenvolvimento da industrialização por substituição de importações; o segundo período foi o reflexo da crise dos anos 80. Na primeira fase, defendia-se a idéia de que os países periféricos deveriam proteger-se contra os países do centro; nesta terceira fase, ganha relevo a idéia segundo a qual os países da América Latina devem se “proteger contra a marginalização” (Eeuwen, 1994). Esta leitura histórica do regionalismo latino-americano se aproxima da leitura feita por Brunelle & Deblock (1994), segundo a qual o “regionalismo aberto” ou de “segunda geração” dos anos 90 rompe com o “regionalismo fechado” ou de “primeira geração.”

De acordo com a maior parte das análises feitas sobre o MERCOSUL, a história deste acordo começa em 1985, com a Declaração de Iguazu, assinada pelos governos da Argentina e do Brasil. Esta Declaração, de caráter fundamentalmente político, encerra a longa história de beligerância geopolítico-militar pela liderança regional, ao mesmo tempo em que propõe como elemento central das novas relações bilaterais a idéia da defesa da Democracia. A partir daquele momento, as velhas relações de beligerância seriam substituídas por novas relações, fundamentalmente econômicas e, posteriormente, comerciais.

A assinatura da Declaração de Iguazu foi seguida pela assinatura de diversos outros documentos, notadamente do Programa de Integração e

Cooperação Econômica, o PICE, em julho de 1986. Este documento propõe o desencadeamento de um processo visando à abertura dos dois mercados nacionais e a busca de maior complementaridade entre eles para determinados setores de produção. A implementação deste programa seria feita de forma gradual, flexível e equilibrada. Retomavam-se desse modo as idéias centrais do acordo que, em 1980, havia criado a Associação Latino-Americana de Integração, a ALADI. Juntamente com o PICE, os governos dos dois países assinaram o Acordo de Complementação Econômica (ACE-14), através do qual o PICE é inserido no acordo da ALADI. O ACE-14 é o mais importante instrumento de promoção comercial Argentina/Brasil.

O PICE foi acompanhado posteriormente pela assinatura de 24 protocolos. Nestes protocolos, a produção industrial é colocada no centro do processo de integração visado pelos dois países, ao mesmo tempo em que alguns deles introduzem na região, talvez pela primeira vez, uma forma de regulação supranacional constituída sobre a idéia de cadeias de produção.

Alguns anos mais tarde, em 1988, os governos da Argentina e do Brasil assinariam um Tratado de Integração, que previa a criação de um mercado comum em dez anos. Em 1990, com a Ata de Buenos Aires, os presidentes Carlos Menen (Argentina) e Collor de Mello (Brasil), de postura mais nitidamente neoliberal, revisariam aquele tratado e reduziriam pela metade o prazo do processo de integração.

Finalmente, em 26 de março de 1991, os governos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai firmaram o Tratado de Assunção, que engaja os quatro países no processo de formação de um mercado comum, o MERCOSUL. A partir de então, ingressar-se-ia no período chamado de transição, que seria concluído em dezembro de 1994, com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto e de uma série de outros documentos. Mediante o Protocolo de Ouro Preto, a partir do dia primeiro de janeiro de 1995, o MERCOSUL ganhou personalidade jurídica internacional, se bem que a base legal do acordo continuasse sendo dada pelo Tratado de Assunção.

De acordo com o Tratado de Assunção, os objetivos, as regras e os instrumentos previstos pelo mesmo são aplicáveis de forma horizontal a todos os setores ou cadeias econômicas, operando-se assim uma ruptura com relação ao PICE. A partir do Tratado de Assunção, todas as decisões tomadas no âmbito do MERCOSUL devem submeter-se à mesma lógica, cujos conceitos-chave são os de competitividade e de busca de eficiência econômica, de democracia política e de justiça social. Ao princípio do “tratamento diferenciado” previsto pela ALADI opõe-se o princípio de “reciprocidade

plena de direitos e de obrigações” entre os parceiros. As pequenas concessões feitas ao Paraguai e ao Uruguai são pontuais (Snoeck et al., 1994).

O MERCOSUL funda-se sobre bases assimétricas: ele está organizado em torno de um centro de gravidade econômica, o Brasil, e sobre a relação bilateral Argentina-Brasil (um mercado dentro do mercado), deixando o Paraguai e o Uruguai em posição secundária. O Brasil conta com mais de 70% da população e do território e com mais de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) regional. O comércio entre a Argentina e o Brasil responde por mais de 75% do total do comércio regional. No outro extremo, o Paraguai e o Uruguai juntos contam com 4% da população, com 6% do território e com 3% do PIB regional. Mas, se olharmos a região pela perspectiva da equidade social, a realidade é bastante diferente. Neste aspecto, o Brasil aparece como o país mais desigual e injusto (um dos mais desiguais do mundo), enquanto a Argentina e o Uruguai apresentam um nível de equidade bastante superior. Isso não significa, no entanto, a mesma coisa que considerar estes dois países como exemplos de equidade. Pelo contrário, no seu conjunto, o MERCOSUL é fundado sobre uma realidade social profundamente desigual e injusta.

As diferenças entre os quatro países do MERCOSUL não se reduzem às assimetrias econômicas e sociais. Outras diferenças entre eles se revelaram no decorrer dos últimos anos, como, por exemplo, a que trata da concepção que cada um deles tem a respeito do regionalismo (Canitrot & Junco, 1993) e, assim, a respeito do significado do MERCOSUL nas estratégias econômicas e políticas nacionais (Salama, 1995). O MERCOSUL, da mesma maneira que o acordo que criou o mercado comum da América do Norte (NAFTA) e todas as iniciativas de regionalização econômica dos anos 90, não é um lugar de consenso.

O MERCOSUL E AS FILIÈRES DE CEREAIS

Os cereais são, em quantidade e em valor, os principais produtos comercializados no mundo. Mas, enquanto o arroz continua sendo um produto “muito largamente autoconsumido”, o trigo é “o produto alimentar mais comercializado no mercado internacional” (Charvet, 1985: p.72). O milho, por seu turno, sendo um produto alimentar tradicional na América Latina, se transforma cada vez mais em um produto ligado à nutrição animal.

O comércio de trigo, em particular, e o comércio de cereais, em geral, constituem ao longo de toda a história moderna o centro de conflitos os mais diversos. Em torno dos cereais se fazem “guerras” e estes são transformados

em armas, a “arma alimentar” (Charvet, 1985). Em 1989/1990, os Estados Unidos, a Europa, o Canadá, a Austrália e a Argentina controlavam 91,6% das exportações mundiais de trigo e 89,3% das exportações mundiais de cereais secundários, o que indica o alto nível de concentração do comércio destes produtos (Raup, 1991). Mesmo no caso do arroz, um produto mais ligado à Ásia, os Estados Unidos aparecem como o segundo maior exportador mundial (Mendez del Villar, 1994).

Nas negociações do MERCOSUL e de todos os acordos regionais dos anos 90, como também nas negociações desenvolvidas no âmbito da Rodada Uruguai do GATT, o complexo agroalimentar, sobretudo o seu setor agrícola, aparece como o elemento mais complexo. No que se refere ao MERCOSUL, já é conhecida a posição liberal dos governos destes países com relação a tal problemática. Por exemplo, durante as negociações da Rodada Uruguai do GATT, a Argentina, o Brasil e o Uruguai fizeram parte do grupo chamado de “grupo de CAIRNS”, cujas posições eram as mais liberais.

No que concerne ao sistema agroalimentar, a estrutura organizacional do MERCOSUL compreende o Subgrupo de Trabalho número 8 (SGT-8), que se constitui no espaço principal de decisão a respeito da agricultura. O objetivo deste subgrupo, como o de todos os outros, é o de harmonizar as agendas nacionais com a agenda regional, indicando anteriormente as convergências e as divergências internas existentes. Essencialmente, o subgrupo se define como um instrumento visando a estabelecer as bases para uma possível coordenação macroeconômica futura (Lafer, 1994).

Quanto às definições jurídicas do MERCOSUL a respeito do complexo agroalimentar, elas se encontram dispersas em uma vasta gama de protocolos, de acordos e de resoluções. Neste nível, o MERCOSUL dispõe, primeiramente, de um Programa de Liberalização Comercial, compreendendo dois aspectos, a saber: a liberalização do comércio no interior da região (Livre Mercado) e a liberalização do comércio frente a terceiros (União Aduaneira). Durante a reunião de Ouro Preto (1994), os governos dos quatro países da região assinaram a Decisão 24/94, que aprova a lista dos produtos que seriam beneficiados de proteção tarifária no interior da região até dezembro de 1998 para a Argentina e para o Brasil, e até dezembro de 1999 para o Paraguai e para o Uruguai. Por ocasião daquela mesma reunião, foi assinada a Decisão 22/94, que trata da Tarifa Externa Comum (TEC), das suas exceções e dos seus prazos. Segundo esta decisão, o MERCOSUL contará com uma União Aduaneira completa somente no ano 2006. Na TEC em vigor, são previstas

tarifas inferiores a 10% para os produtos agrícolas primários, e entre 14% e 16% para os produtos agrícolas industrializados.

Outros dispositivos jurídicos previstos pelo MERCOSUL são os ‘acordos setoriais’, cujo objetivo é o de aprofundar o livre comércio na região (Snoeck et al., 1994). Até o final de 1995, o setor agrícola contava com apenas um acordo assinado, o Acordo do Arroz. Mesmo tendo sido inicialmente proposta a idéia de um acordo agrícola para a região nos moldes daquele da União Européia, esta proposta não avançou muito. Por ocasião da reunião de Ouro Preto (final de 1994), o SGT-8 apresentou uma proposta genérica de acordo agrícola, reproduzindo os dispositivos principais do Acordo do GATT sobre a agricultura.

Hoje, após a assinatura da Decisão 20/94, dispendo sobre as “políticas que falseiam o jogo da livre concorrência”, e com a assinatura da Decisão 21/94, dispendo sobre a “defesa da concorrência”, patenteia-se claramente o ponto de vista mercantilista do MERCOSUL, tornando-se também mais difícil a possibilidade de definir políticas agrícolas mesmo no interior de cada país.

Por ocasião de sua criação, o MERCOSUL anexou os 24 protocolos antes assinados pelos governos da Argentina e do Brasil. Entre estes protocolos, alguns se referem direta ou indiretamente ao setor agroalimentar. Conta-se, por exemplo, com o Protocolo 2, que prevê as quotas de exportações argentinas de trigo para o Brasil. Citam-se ainda o Protocolo 3, sobre o abastecimento alimentar, o Protocolo 9, sobre as biotecnologias, e o Protocolo 22, sobre as agroindústrias. Segundo Jensen, “é somente após os acordos de abril de 1988, com o Protocolo número 22 sobre as indústrias alimentares, que o setor será realmente levado em consideração” (Jensen, 1994: p.181).

Outras medidas jurídicas do MERCOSUL se referem de alguma forma ao complexo agroalimentar como, por exemplo, os acordos fito e zoossanitários negociados no SGT-8. Estas medidas pretendem impedir a imposição de restrições não tarifárias e adequar a qualidade dos produtos agroalimentares da região às exigências do mercado internacional.

No aspecto comercial, duas características marcam a história recente da relação entre os países do MERCOSUL: o crescimento progressivo, em termos de valor, do comércio total destes países, e o crescimento mais rápido das importações que das exportações. Em 1995, por exemplo, a diferença entre os valores importados e exportados foi significativa, em consequência sobretudo das medidas de ajustamento estrutural tomadas pelo Brasil em meados de 1994 (Plano Real). Este mesmo fenômeno já se verificara na Argentina, quando da adoção do Plano Austral.

A agricultura conserva um lugar importante no comércio internacional dos países da região. Em 1992, ela constituía mais de 50% do total do comércio global destes países. Neste contexto, os cereais conservam um lugar de destaque, sobretudo na Argentina (exportação) e no Brasil (importação).

Com a criação do MERCOSUL, marca-se uma reorientação significativa na orientação do comércio internacional dos quatro países. Entre 1988 e 1994, enquanto o comércio total dos mesmos cresce em torno de 183%, o comércio intra-regional tem um crescimento de 400%. Sendo de 8,8% em 1988, o comércio intra-regional será de 19,4% em 1994. Neste contexto, o Brasil passa a ser um “cliente natural” da região (Chaloult & Hillcoat, 1995) e o cliente principal da Argentina. No comércio entre estes dois países, o lugar dos cereais é destacado. Entre 1990 e 1994, mais da metade do trigo importado pelo Brasil foi proveniente da Argentina. Em 1994, 63% do trigo importado pelo Brasil e 72% do milho provieram da Argentina.

Em consequência deste processo de liberalização comercial, ao que parece, fica cada vez mais difícil para o Brasil manter o nível de produção que vinha tendo de certos produtos, principalmente do trigo. Quanto à Argentina, esta se especializa sempre mais na produção de cereais, explorando assim as suas vantagens comparativas e se tornando fornecedor natural destes produtos para o Brasil. Esta dinâmica indica a existência de um processo de reorganização regional da produção de cereais.

De acordo com Chaloult & Hillcoat (1995), as exportações de cereais (trigo, milho e arroz) da Argentina para o Brasil evoluem ano após ano, passando de 339,9 milhões de dólares FOB, em 1990, para 680 milhões de dólares FOB, em 1994. Em 1995, em consequência do Plano Real, as importações brasileiras de cereais cresceram consideravelmente. Entre os meses de janeiro e junho deste ano, 17,54% de todas as exportações da Argentina para o Brasil foram de trigo, milho e arroz. Para o Uruguai, esta proporção chegou aos 15,74%, atingindo no caso do Paraguai os 9,67%.

OS ATORES SOCIAIS NO CORAÇÃO DA COMPETIÇÃO

Os Estados, mesmo os mais liberais, não cessam de interferir de um ou de outro modo na agricultura e nas filières de cereais. Mas, atualmente, segundo Eeuwen (1994), citando Touraine, não são mais os Estados os grandes atores sociais na América Latina, mas as grandes firmas transnacionais. No

MERCOSUL, sublinha Eeuwen (1994), todos os grandes grupos econômicos acompanharam de perto os primeiros passos do processo de regionalização. Ao mesmo tempo, nesta região, a partir dos vastos programas de privatização que estão sendo desenvolvidos, grandes firmas industriais se internacionalizam e são criadas empresas subcontinentais.

Nas filières de cereais, ao lado de inúmeras firmas regionais e nacionais e de algumas grandes cooperativas, as firmas transnacionais desenvolvem um papel-chave. Fazendo a integração entre os diversos setores de cada filière, estas coordenam as redefinições que se operam neste período de transição, caracterizado fundamentalmente pela retirada do Estado do espaço das decisões de regulação (Kirschner, 1993).

Ao lado das grandes firmas nacionais, regionais e transnacionais, encontra-se uma rede muito complexa de pequenas e médias empresas e cooperativas comerciais, industriais e de distribuição. A importância destas aumenta na medida em que elas se unem e criam as chamadas “centrais de compras” (Green et al., 1991), interferindo desta forma de modo coordenado na agricultura. Esta rede de firmas é importante também quando se trata de impor aos produtores rurais certas “normas de qualidade e de standardização impossíveis de serem atendidas pelos agricultores que ficam fora das redes de integração” (Bret, 1993: p.227).

Seguindo os passos traçados por Kirschner (1993), o exemplo da filière de trigo do Brasil é emblemático para o estudo do papel desenvolvido pelas grandes firmas na definição de uma regulação sem a presença do Estado. À medida que o Estado brasileiro abandona as políticas visando a atingir a auto-suficiência deste produto, as grandes firmas assumem um papel extremamente importante, afetando o conjunto da filière.

E importante ainda salientar que, no caso do milho e, secundariamente, no caso do trigo, as suas respectivas filières se encontram intimamente imbricadas a outras filières, notadamente às de carne (Green et al., 1991), constituindo assim as redes de agentes. De acordo com estes autores, se considerarmos por exemplo a participação dos grãos (contando assim também com a soja) na formação dos custos na produção de carnes, esta chega aos 70%, atingindo quase 100% quando se trata da produção de frangos. Ainda mais, a SADIA, a maior empresa industrial brasileira nos ramos de aves e de suínos, constitui-se hoje no maior agente comprador de milho do país.

Nos países do Cone Sul, os diversos atores sociais se organizam em vários níveis, buscando mesmo interferir na formação do MERCOSUL. Após a reunião realizada em Ouro Preto, o Fórum Consultivo surge como um espaço

atrativo. No entanto, segundo a maior parte das avaliações realizadas a este respeito (ver Snoeck et al., 1994), a presença destes atores nas estruturas do MERCOSUL é pouco significativa, refletindo a fragilidade e o pequeno nível de integração entre eles na região, além do caráter dado pelos Estados ao acordo regional. A quase-impermeabilidade do MERCOSUL gera a aparência de que são unicamente os Estados que decidem os rumos do mesmo.

Finalmente, tudo parece indicar que hoje, cada vez mais, o espaço principal dos novos atores sociais se encontra no interior das filières de produção, e não nas organizações gerais, por exemplo, no sistema sindical ainda dominante principalmente na Argentina e no Brasil (Silva, 1993; Latuada, 1993). Estas organizações tradicionais, sem passar por uma profunda “reconversão”, perdem o seu poder de interferir num universo que, para elas, se torna cada dia mais complexo e desarticulado. A reestruturação da economia aparece assim como uma das formas pelas quais se gera a exclusão de atores sociais organizados segundo um modelo não mais adequado.

CONCLUSÃO

De acordo com a hipótese principal desenvolvida neste trabalho, a formação do MERCOSUL – estratégia visando à inserção seletiva dos países da região no comércio mundial – é acompanhada pelo processo de “filiérisação” da produção e pela emergência de novas formas de relações sociais: as relações de parceria, fundadas sobre a idéia de flexibilidade. Neste momento histórico em que a região e a filière passam a ser os espaços maiores de uma nova coerência econômica, e neste novo momento histórico dominado pelo economicismo, a dimensão social é transformada em subdimensão da econômica. Ser integrado passa hoje a significar, primeiramente, estar inserido em uma filière de produção. A não-inserção nas filières significa, portanto, a exclusão do espaço econômico dominante.

Os fenômenos de exclusão social não são novos na América Latina. Se tomarmos unicamente o período do pós-guerra, este foi dominado por um modelo de desenvolvimento que colocava a questão da integração social como sendo o seu elemento central. Tendo aquele modelo um caráter nitidamente evolucionista, o seu objetivo principal anunciado era o de universalizar os espaços jurídico e político. Mais ainda, aquele futuro preconizado – o de um mundo todo integrado –, convertido em realidade, ocupava o lugar do atual. Com isso, a exclusão social deixava de ser um fenômeno central, mesmo porque estava em via de extinção. A crise dos anos 80 destrói aquele modelo

de desenvolvimento e põe a nu, na sua integridade, a iniquidade social que fora construída e encoberta.

No contexto dos anos 90, a exclusão social ganha uma nova forma, reciclando mesmo as velhas formas desta iniquidade. Mais ainda, nesta nova ordem econômica que rompe com a idéia de universalidade e funda aquela de pluralidade de sistemas, a exclusão social passa a ser um fenômeno central, ao lado da inserção. Nós vivemos hoje a passagem de uma cultura centrada na idéia de integração (universal) a uma cultura, em que se opõem as idéias de inserção e de exclusão. Da cultura da universalidade passamos à cultura da dualidade social.

Finalmente, o elemento central do novo modelo econômico é a competitividade e não mais a complementaridade. A regionalização da economia, apoiada sobre a idéia de competitividade, parece estar assim muito mais em oposição à idéia de equidade. No mundo das filières desenvolvem-se duas dinâmicas: uma às suas portas, onde os atores buscam sua inserção se opondo à exclusão; e outra no seu interior, onde os diversos atores lutam contra a sua subordinação às grandes firmas. Neste novo modelo, o papel desenvolvido pelos Estados é submetido à coordenação realizada pelas grandes firmas, fazendo com que a sua intervenção seja pontual. As políticas agrícolas universalizantes do modelo anterior parecem fadadas a desaparecer. Neste novo modelo, mesmo a reconversão dos segmentos econômicos perdedores passa a ser uma utopia.

REFERÊNCIAS

- ALLAIRE, G.; BOYER, R. Régulation et conventions dans l'agriculture et les IAA. In: ALLAIRE, G.; BOYER, R. **La grande transformation de l'agriculture**. Paris: INRA/Economica, 1995. p.9-29.
- ALMEIDA, P.R. de. **O MERCOSUL no contexto regional e internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 1993.
- BARKIN, D.; BATT, R.L.; DEWALT, B.R. La situación entre los granos de America Latina. In: TWOMEY, M.J.; HELWEGE, A. **Modernización y estancamiento; la agricultura latinoamericana en los años noventa**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994. p.21-65.
- BARSKY, O. Transformaciones productivas y sociales en la Pampa argentina. In: TWOMEY, M.; HELWEGE, A. **Modernización y estancamiento; la agricultura latinoamericana en los años noventa**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994. p.67-92.

- BASUALDO, E.; KAVISSE, M. La gran propiedad rural en la provincia de Buenos Aires; desarrollo económico. **Revista de Ciencias Sociales**,. v.34, n.134, 1994.
- BENDER, K.; HILL, L.D. Stratégies compétitives pour satisfaire les préférences des consommateurs sur les marchés internationaux du maïs et du soja. In: CHOMINOT, A. L'agriculture, le marché et l'Etat. Paris: Economica, 1991. p.147-179.
- BRET, B. L'innovation agricole. In: GREEN, R. et al.. **Brésil, un système agro-alimentaire en transition**. Paris: IHEAL, 1993. p.209-232.
- BRUNELLE, D.; DEBLOCK, C. L'Accord de libre-échange nord-américain, l'Union européenne: deux modèles de régionalisme. In: BRUNELLE, D; DEBLOCK C. **L'Amérique du Nord et l'Europe communautaire**; intégration économique, intégration sociale? Quebec: Presses de l'Université du Québec, 1994. p.9-18.
- CANITROT, A.; JUNCO, S. Macroeconomic conditions and trade liberalization in Argentina, Brazil, Chile and Uruguay: a comparative study. In: CANITROT, A. [et al.]. (Eds.). **Macroeconomic conditions and trade liberalization**. Washington: Inter-American Development Bank, 1993. p.1-29.
- CEPAL. Transformación productiva con equidad; la propuesta económica de la CEPAL. **Nueva Sociedad**, n.108, p.38-46, jul./ago. 1990.
- CHALOULT, Y.; HILLCOAT, G. O período de transição do MERCOSUL e o setor agropecuário. In: IPEA. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília: 1995. v.13.
- CHALOULT, Y.; SOUTO, C.S. Reflexos do MERCOSUL sobre a indústria brasileira. In: REESTRUTURAÇÃO produtiva no Brasil. Brasília: CNI-CESI, 1995.
- CHARVET, J.-P. **Les greniers du monde**. Paris: Economica, 1985.
- CHONCHOL, J. **Sistemas agrarios en America latina**; de la etapa prehispanica a la modernización conservadora. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- DANEL, J.M.; LAURET, F.; MONTIGAUD, J.J. Un système agro-alimentaire complexe: l'économie des fruits et légumes. **Economies et Sociétés**, Série AG, n.11, 1979.
- EEUWEN, D. van. Logique et perspectives des processus d'intégration en Amérique latine. Essai d'analyse comparée. In: EEUWEN, D. **La transformation de l'Etat en Amérique Latine**; légitimation et intégration. Paris: Karthala/CREARC, 1994. p.131-149.
- FA. **Yearbook**. Roma: 1995.

O Mercosul e a reestruturação da agricultura:

- FERREIRA, A.D. Agriculture et réseau agro-alimentaire: le rôle de la contractualisation. In: GREEN, R. [et al.]. **Brésil**; un système agro-alimentaire en transition. Paris: IHEAL, 1993.p.147-182.
- FREGOSI, R. La société paraguayenne et la transition démocratique. **Problèmes d'Amérique Latine**, n.10, set., p.3-29, 1993.
- GHERSI, G.; BENCHARIF, H. De l'agriculture à l'aliment: les opérations et les composantes du SAA. In: MALASSIS, L.; GHERSI, G. (Coords.). **Iniciation à l'économie agro-alimentaire**. Paris: Hatier, 1992. p.94-108.
- GREEN, R. Argentine: un pays spécialisé dans l'agro-exportation. In: BERTRAND, J.-P. **Le monde des oléo-protéagineux**: politiques, États et stratégies des acteurs. Paris: Economica. 1988. p. 121-132.
- GREEN, R.; RODRIGUES ZUÑIGA, M. Nouvelles technologies et fonctionnement de réseau. In: GREEN, R. [et al...]. **Brésil**; un système agro-alimentaire en transition. Paris: IHEAL, 1993. p.43-67.
- GREEN, R.; SANTOS, R.R dos. Economie de réseau et chaîne agro-alimentaire. In: GREEN, R. [et al...]. **Brésil**, un système agro-alimentaire en transition. Paris. IHEAL, 1993. p.11-41.
- GREEN, R.; SCHVARZER, J.; WILKINSON, J. La crisis de la economia mundial y los cambios del sector agroexportador de carnes y granos. In: GREEN, R. [et al...]. (Coords.). **Mercados, tecnologia y empresas**; granos y carnes en Argentina y Brasil. Paris: INRA, 1991.
- GROS, C. El futuro de la reforma agraria en Brasil. **Revista Mexicana de Sociologia**, v.54, n.1, p.59-73, jan-mar. 1992.
- GUILLEN ROMO, H. De la pensée de la CEPAL au néo-libéralisme, du néo-libéralisme au néo-structuralisme, une revue de la littérature sud-américaine. **Revue Tiers Monde**, v.35, n.140, p.907-926, out./dez. 1994.
- GUTMAN, G.E. Défis commerciaux et technologiques des exportations agro-alimentaires en Argentine. In: COLLIN DELAVALD, A.; NEFFA, J.C. (Coords.). **L'Argentine à l'aube du troisième millénaire**. Paris: IHEAL, 1994. p.167-172.
- HIRANO, S. América Latina no contexto mundial. In: SCARLATO, F.C. [et al...]. **O novo mapa do mundo**; globalização do espaço latino-americano. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

- HOPKINS, T.; WALLERSTEIN, I. Commodity chains: construct and research. In: GEREFFI, G. [et al...]. **Commodity chains and global capitalism**. [S.l.]: Greenwood Press, 1994. p.15-20.
- HURTIENNE, T.; MESSNER, D. Nuevos conceptos de competitividad. In: HURTIENNE, T. [et al...]. **Cambio de rumbo en el Cono Sur: crisis y oportunidades**. Caracas: Nueva Sociedad, 1994.
- JENSEN, B. L'intégration économique Argentine-Brésil: vers un marché commun en 1995? In: COLLIN DELAVALD, A.; NEFFA, J.C. (Coords.). **L'Argentine à l'aube du troisième millénaire**. Paris: IHEAL, 1994. p.185- 195.
- KIRSCHNER, A.M. Changément de l'environnement réglementaire dans l'industrie du blé au Brésil. In: GREEN, R. [et al...]. **Brésil, un système agro- alimentaire en transition**. Paris, IHEAL, 1993. p. 183-208.
- KOO, Won W. Compétitivité internationale des produits agricoles: conséquences des négociations du GATT. In: CHOMINOT, A. (Org.). **L'agriculture, le marché et l'Etat**. Paris: Economica, 1991. p.85-101.
- LAFER, C. Prefácio. In: BAPTISTA, L.O. et al. (Orgs.). **MERCOSUL: das negociações à implantação**. São Paulo: Ltr. Editora, 1994.
- LATUADA, M. Corporaciones y política agrária en la transición democrática argentina. **Agricultura y Sociedad**, n.68/69, p. 159-193, jul.-dez., 1993.
- MALASSIS, L. **Economie agro-alimentaire**. Paris: Ed. CUJAS, 1973. Tome 1.
- MARQUES, N. El circuito de la fruticultura en Alto Valle (Rio Negro y Neuquen). El fin de una economía dinámica? **Realidad económica**, n.127, p.101-141, out.-nov., 1994.
- MARTINE, G. **Fases e faces da modernização da agrícola brasileira**. 1989. Versão preliminar não publicada.
- MARTINS, L. Three dimensions of the crisis: a political analysis. In: BAER, W. [et al...]. (Eds.). **Brazil and the challenge of economic reform**. [S.l.]: The Johns Hopkins University Press, 1993. p.31-37.
- MENDEZ DEL VILLAR, P. **Les marchés mondiaux du riz**; structure et fonctionnement. [S.l.]: CIRAD, 1994. (Document de travail en économie de filières, n.18).
- MONTIGAUD, J.-C. L'analyse des filières agro-alimentaires: méthodes et premiers résultats. **Economies et Sociétés**, Série AG, n.21, 1992.

O Mercosul e a reestruturação da agricultura:

- MOUNIER, A. **Les théories économiques de la croissance agricole**. Paris: INRA-Economica, 1992.
- PUCCI, R. Ajuste y crisis en el NOA. El caso de Tucuman. **Realidad Económica**, n.127, p.101-115, out./nov. 1994.
- RASIA, J. M. Système alimentaire et organisation du travail. In: GREEN. R. [et al...]. **Brésil; un système agro-alimentaire en transition**. Paris: IHEAL, 1993. p.95-116.
- RAUP, P. Une vue d'ensemble des causes et conséquences de la variabilité du commerce mondial de grains. In: CHOMINOT, A. (Org.). **L'agriculture, le marché et l'Etat**. Paris: Economica, 1991. p.37-54.
- ROSENTHAL, G. América Latina y el Caribe frente a la economía mundial. **Revista de la CEPAL**, n.53, p.7-12, 1994.
- ROSENTHAL, G. Un informe crítico a 30 años de integración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n.113, p.60-65, 1991.
- SALAMA, P. **Amérique Latine: intégration sans désintégration?** Paper. CREITD, 1995.
- SILVA, J.G. da. Complejos agroindustriales y otros complejos. **Agricultura y Sociedad**, n.72, p.205-240, jul./set., 1994.
- SILVA, J.G. da. Las organizaciones profesionales en la moderna agricultura brasilena. **Agricultura y Sociedad**, n.68/69, p.195-218, jul./dez. 1993.
- SNOECK, M.; SUTZ, J.; VIGORITO, A. Uruguay: la incierta posibilidad de construir compatibilidad entre apertura económica, equidad y democracia. In: HURTIENNE, T.[et al...]. **Cambio de rumbo en el Cono Sur: crisis y oportunidades**. Caracas: Nueva Sociedad, 1994. p.279-360.
- STURZENEGGER, A. Argentina. In: KRUEGER, A. [et al...]. **The political economy of agricultural pricing policy**. [S.l.]: World Bank/The Johns Hopkins University Press, 1991. v.1.
- VALCESCHINI, E. Contrat, coordination et institutions; problématiques et méthodologies de l'économie rurale. In: ALLAIRE, G.; BOYER, R. (Eds.). **La grande transformation de l'agriculture**. Paris: INRA-Economica, 1995. p.241-257.
- WALLERSTEIN, I. **La reestructuración capitaliste y el sistema-mundo**. [S.l., s.e.]: 1995. (Paper; versão não publicada).